

COMO A PSICANÁLISE EXPLICA A “PÓS-VERDADE” A PARTIR DA NOÇÃO DE APOFENIA DE KLAUS CONRAD

HOW CAN PSYCHOANALYSIS EXPLAIN “POST-TRUTH” BASED ON THE NOTION OF APOPHENIA BY KLAUS CONRAD

Vivian Valerie Carol Ann VIGAR
(Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)
vivian.vigar@gmail.com

RESUMO: Este artigo pretende explicar como a psicanálise pode compreender os mecanismos psíquicos que levam um sujeito a assentir ideias absurdas, disseminadas no contexto da pós-verdade. Para tanto, utilizaremos a *noção* de apofenia: uma das fases do processo de desencadeamento da esquizofrenia, proposto e descrito, em 1958, pelo psiquiatra alemão Klaus Conrad. Acreditamos que a apofenia pode colaborar, enquanto material de elaboração teórica, com a psicanálise, por apresentar, em sua nosografia, características semelhantes às observadas em sujeitos que aderem facilmente às informações falsas. Defendemos, também, que os meios de comunicação se apoiam nos estudos de fenômenos psicológicos, como a apofenia, para se instrumentalizarem na construção de linguagens persuasivas, com fins políticos, nutrindo isso que denominamos “pós-verdade”.

PALAVRAS-CHAVE: psicanálise; psiquiatria; linguagem; comunicação social; pós-verdade.

ABSTRACT: This article intends to explain how psychoanalysis can understand the psychic mechanisms that lead a subject to accept absurd ideas, disseminated in the context of post-truth. Therefore, we will use the notion of apopheny: one of the phases of the process of triggering schizophrenia, proposed and described in 1958 by the German psychiatrist Klaus Conrad. We believe that apopheny can collaborate, as a material for theoretical elaboration, with psychoanalysis, as it presents, in its nosography, characteristics similar to those observed in subjects who easily adhere to false information. We also defend that the media rely on the studies of psychological phenomena, such as apopheny, to be instrumental in the construction of persuasive languages, with political ends, nurturing what we call “post-truth”.

KEYWORDS: psychoanalysis; psychiatry; language; social communication; post-truth.

*O sistema não tem nenhuma necessidade de sentido.
Mas nós, seres de fragilidade, que como tais voltaremos
a nos encontrar no decorrer deste ano, nós temos
necessidade de sentido.*

Lacan, seminário 17, p. 13 26 de
novembro de 1969

1. A pareidolia e apofenia a serviço dos meios de comunicação

Se a pareidolia, um fenômeno cerebral, nos faz buscar, involuntariamente, padrões que se assemelham a formas de seres animados e emoções humanas, em imagens ou sons aleatórios, há outro fenômeno, este mental, a apofenia que, segundo a psicóloga Sophie Fyfe, da *University College London*, é uma tendência cognitiva em perceber sentidos e intenções em acontecimentos aleatórios (FYFE, 2008). Assim, defendemos que, na medida em que a publicidade se vale da pareidolia¹, atribuindo feições humanas aos seus produtos a fim de fazer com que os consumidores se identifiquem e comprem, os meios de comunicação ligados ao jornalismo se instrumentalizam do da apofenia para manipular o seu público, produzindo *fake news*, teorias conspiratórias e conteúdos que negam a ciência e a história, com fins políticos, nutrindo isso que denominamos “pós-verdade”.

2. A psicanálise em sua extensão social

Salientamos que esta pesquisa, de cunho psicanalítico, tem bases interdisciplinares e pretende analisar não apenas um acontecimento clínico, singular, mas analisar isso o que a *psicanálise em extensão*² nomeia como um *sintoma social*. Sintoma social, que aqui, observamos a partir de alguns relatos nos meios de comunicação de caráter falso: *fake news*, teorias conspiratórias, negacionismo científico e revisionismo histórico, surgidos no contexto do neoliberalismo - cujo enlaçamento com o sujeito pode ser determinado conforme o que foi descrito, na nosografia psiquiátrica, como apofenia.

O sintoma social, segundo Miriam Debieux Rosa, em “A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica” (2004), é uma construção de Lacan, no *Seminário 17 – O avesso da psicanálise* (1969-1970), que “relaciona discurso do

¹ Não iremos nos aprofundar no fenômeno da pareidolia. Citamos, aqui, a pareidolia apenas para efeito de referência e breve comparação.

² O termo “psicanálise em extensão” foi cunhado por Lacan em 1965, na Ata de fundação da Escola Freudiana de Paris para diferenciar a intensão clínica da psicanálise e sua extensão fora da clínica. (ROSA, 2004: 336). Antes, Freud utilizou o termo “psicanálise aplicada” em uma coleção de textos de 1907 (ibidem: 334). Já, outros psicanalistas utilizam o termo “psicanálise extramuros” para a “prática psicanalítica referente ao sujeito enredado nos fenômenos sociais e políticos, e não estritamente ligado à situação do tratamento psicanalítico” (ibidem: 330)

mestre com discurso do inconsciente, esse saber que não pensa, não calcula ou julga” (ROSA, 2004: 338). Assim, procuramos compreender os mecanismos psíquicos que levam o sujeito a assentir ideias absurdas, disseminadas e observadas na pós-verdade, que relatam, por exemplo, a negação do holocausto ou a afirmação de que a Terra é plana. Relatos, estes, produzidos de maneira individual ou coletiva. Segundo Rosa,

O relato tem, na resistência do analista, o seu limite, o limite do fantasma que suporta o analista e que o norteia para detectar quando o dizer pode ser compartilhado em experiência de um sujeito na história ou quando é puro gozo no sofrimento, o seu próprio ou do outro (ibidem).

Apoiada ao fato de que “Freud faz uso recorrente da análise de fenômenos coletivos para compreender processos individuais, além de afirmar textualmente que a psicologia individual é, ao mesmo tempo, social” (ibidem: 333), Rosa defende que “a psicanálise tem sua forma específica de analisar a variação histórica e ideológica dos referentes fundamentais e sua relação com o sujeito, e de pesquisar os fenômenos sociais” (ROSA, 2004: 346).

A própria ideia de sintoma social, Rosa localiza, antes de Lacan, quando Freud apresentou como sintoma compartilhado, em *Psicologia das massas e análise do Eu* (1921), diante das “identificações históricas na instituição de moças, fornecendo reforço narcísico de cada uma e do grupo, assim como referenciais para as identificações imaginárias mútuas” (ibidem: 333) que, segundo Rosa, “refere-se a construções que articulam narcisismo e sociedade, e referências que articulam o sujeito no laço social” (ibidem). Rosa aponta que a obra freudiana é composta por textos conhecidos por seu teor social, como, *Mal-estar na civilização* (1929) e *Totem e Tabu* (1911).

No entanto, a psicanalista reconhece que, ainda assim, a “prática psicanalítica que aborda o sujeito enredado nos fenômenos sociais e políticos” (ibidem:331) é “palco de várias discussões e impasses” (ibidem) e que “várias das críticas a ela dirigida merecem reflexão” (ibidem).

Para tanto, elenca, uma série de “dispositivos de análise da articulação sujeito e sociedade” (ibidem), assim como diferentes maneiras de pensar o sintoma social, concebidos por psicanalistas pós-freudianos e pós-lacanianos, de diversas épocas e países, afirmando que

Inúmeros são os modos como se pode desenvolver, dentro dos fundamentos éticos e teóricos da psicanálise, uma investigação dos fenômenos sociais, contribuindo para o processo de alienação do sujeito e apontando os laços que possibilitem a sua inclusão como sujeitos do desejo (ibidem: 340)

Dentre as ideias elencadas por Rosa, procuramos aproximar nossa metodologia, ou dispositivo de análise, com aquela indicada por Michel Plon (1999), para quem é aplicável “isolar os elementos da subjetividade empregados nas práticas sociais e esclarecer o que dessas práticas enriquece o conhecimento das engrenagens da subjetividade” (ROSA, 2004: 338).

Assim, neste artigo, destacamos os mecanismos de identificação que, diante de uma certa configuração social, como se apresenta na contemporaneidade, carece de um suficiente atravessamento da função paterna, produzindo um efeito no campo da percepção descrito por Conrad como apofenia. Ou seja, o sujeito enredado em nossa cultura fica suscetível a produzir sentidos deturpados. Segundo Rosa, Plon sugere, no campo dos processos políticos, “a investigação dos modos de relação transferencial e organização pulsional utilizados para governar; modos de evitação da castração a serviço da boa gestão empresarial” (ibidem: 338). Ou seja, Plon propõe investigar como uma sociedade se organiza e se relaciona com um poder governamental, enfraquecido pela ordem do mercado.

Faz-se necessário sublinhar uma diferença: “O que Lacan introduziu como sintoma social não é oposto ao sintoma particular. [O sintoma social] descreve uma forma de laço social característica do capitalismo” (ibidem: 338-339). Assim, Lacan “diferencia o sintoma social dos sintomas que aparecem no campo social, os fenômenos sociais”. Para nós, a apofenia, manifesta nos relatos de *fake news*, teorias conspiratórias, negacionismo científico e revisionismo histórico, é o fenômeno, cuja descrição emprestada da psiquiatria, isolada do desencadeamento esquizofrênico, presentifica-se nos sujeitos determinados pelo laço do capitalismo, e sustenta a pós-verdade, como um sintoma social.

Ao defender a pós-verdade como um sintoma social, nos aproximamos do psicanalista Octavio Souza (1991) que, segundo Rosa, considera um sintoma social “como aquele que é sustentado por uma fantasia por meio da qual se denota o modo como os sujeitos controlam os ideais, buscando manter distante a castração” (ibidem: 339.)

Acrescentamos à elucidação de Rosa, sobre a psicanálise em extensão, a observação do psicanalista Éric Laurent, em “A sociedade do sintoma” (2008), de que “o sintoma depende da civilização” (LAURENT, 2008: 175), e que, por outro lado, “o avesso analítico da civilização contemporânea é o conjunto inconsciente das interpretações dadas a esses sintomas” (ibidem). Um exemplo é apontado na constatação de que “a captura do sujeito por sua imagem produz a sociedade do espetáculo” (ibidem: 177), assim como, para nós, o sujeito capturado por narrativas falsas e absurdas produzem a pós-verdade. Para Laurent, os sintomas deixam traços, os quais os psicanalistas tentam fazer com que falem, e defende que continuemos nos inspirando “na ética da psicanálise, que visa tornar o mundo possível para o sujeito, ao lhe revelar o quanto os reflexos da língua já correm pelas ruas” (ibidem).

Ainda que tais argumentos não encerrem a discussão a respeito do uso da psicanálise para analisar fenômenos sociais, tomamos eles por suficiente, para prosseguirmos em nosso percurso a fim de entender como os meios de comunicação se apoiam nos estudos de fenômenos psicológicos, como a apofenia, para se instrumentalizarem na construção de relatos, fomentando, o que classificamos aqui como um sintoma social, a pós-verdade.

3. A noção de apofenia e a realidade psíquica na neurose e na psicose

O termo “apofenia” remonta a 1958, quando o psiquiatra alemão Klaus Conrad propôs, em *La esquizofrenia Incipiente*, uma descrição em etapas do desencadeamento da esquizofrenia. A segunda etapa, Conrad denominou “apofenia”, emprestando do grego a palavra ἀποφένια, que em português significa “se fazer manifesto”³ (CONRAD, 1963: 322).

Segundo o psiquiatra, “a análise da topologia do campo vivencial apofênico é um dos objetos mais importantes de nosso estudo” (ibidem: 323). Porém, para entendermos o fenômeno da apofenia, faz-se necessário resumir a descrição de Conrad, de todas as fases do processo, que tem início como uma espécie de angústia e culmina, nos casos mais graves, em uma condição catatônica.

1. Trema: Frente à sensação de que algo irá acontecer, o sujeito experimenta um “estreitamento do campo psíquico” (ibidem: 320). Nas palavras do psiquiatra, “o iminente impõe limites a nossa existência, dando origem a um aumento da tensão no campo” (ibidem)
2. Apofenia: partindo desde uma descrição de delírio proposta por Jasper, como uma “consciência de significado anormal” (JASPER apud CONRAD, 1963: 321), Conrad propõe que nesta fase “o doente se comporta como um homem delirante frente a uma revelação. O significado se impõe de um modo manifesto (revelado)” (Ibidem: 322). O sujeito, segundo Conrad, produz sentidos deturpados da realidade, até o ponto em que “seus pensamentos também são vivenciados de modo apofênico, de tal maneira que se pode falar em uma apofenia de todo o campo” (ibidem: 323). Conrad localiza, portanto, a apofenia do espaço perceptivo, como aquilo que acontece para fora de si, e a apofenia do espaço interno, como “a representação que contém caráter apofênico” (ibidem).
3. Apocalipse: o sujeito que vivencia a fase apocalíptica experimenta uma descontinuidade de sentido das manifestações da fase apofênica. O campo interno do sujeito passa a interpretar as percepções de maneira assintática, fragilizando o nexo entre conteúdo e sentido. Seria um sintoma da ordem da anastrofe, ou seja, um recurso estilístico que consiste na inversão da ordem natural das palavras. “Essa fase pode aprofundar-se mais e mais, de maneira que fique impossível de experimentar nada com relação a fatos vivenciais configurados” (ibidem: 324). Na medida em que o pensamento perde a coerência de representação, a capacidade de interpretar com alguma continuidade os fatos apresentados no espaço exterior do campo perceptivo, o sujeito é impelido a uma condição de catatonia.

³ A palavra “apofenia” foi cunhada por Klaus Conrad em alemão como *Apophänie*, derivando do prefixo grego, “-apo”, que significa “asfantamento”, “separação” ou “fora”, mais o sufixo “-fenia”, que significa “manifestação”.

4. Consolidação: Todavia, segundo Conrad, “se produz, em geral, uma melhoria espontânea ao longo do tempo” (ibidem), podendo-se observar “um lento relaxamento do campo [psíquico]. A apofenia cessa, pelo menos em domínios parciais, enquanto perdura em outros” (ibidem). Ainda que o sujeito possa continuar fazendo algumas conexões anormais como, por exemplo, escutar vozes. Encontramo-nos, aqui, em uma fase de restituição, que Conrad chamará de consolidação. Trata-se de uma “fixação, que tem completamente o caráter de uma fixação neurótica” (ibidem). Para Conrad, nesta fase, “nos deparamos com certas dúvidas de que aquilo que se pensava era realidade, como se supunha a princípio, que talvez haja ido longe demais, etc” (ibidem). Após a crise experimentada ao longo das fases de desencadeamento esquizofrênico, o sujeito “anuncia aqui aquela alteração característica da maneira de ser” (ibidem: 325), que Conrad chamará de resíduo: “Trata-se de signos residuais, ou, para ser mais preciso, dos signos de uma perda residual de impulso” (ibidem).

Após essa breve descrição da proposta de Conrad, nos ateremos na fase apofênica que, de fato, interessa a este artigo. Porém, ressaltamos que, sendo Conrad um psiquiatra, sua descrição foi formulada com base na fenomenologia, nas manifestações observáveis do doente, e não na constituição estrutural psíquica, que permite o diagnóstico diferencial da psicanálise lacaniana.

Não obstante, a fenomenologia não é desprezada pelos psicanalistas, servindo como material para reconstrução dos caminhos percorridos pelo sujeito em sua constituição psíquica, ou seja, como material para que a construção propriamente psicanalítica possa ser alcançada. Afinal - lembrando que é através da descrição dos fenômenos relatados pelos pacientes na clínica que temos a possibilidade de interpretações e construções em análise - o que seria da clínica psicanalítica sem a fenomenologia?

Assim, como uma *noção* do fenômeno psíquico relatado na clínica de Conrad, a apofenia – ou seja, a manifestação sintomática – pode ser observada tanto no sujeito neurótico quanto no psicótico. Ainda que aquilo que a psiquiatria descreve como esquizofrenia se apresente, na psicanálise lacaniana, tão somente nas estruturas psicóticas, pretendemos, neste artigo, usar a *noção* de apofenia – ou seja o conjunto de manifestações sintomáticas semelhantes, ainda que operados por mecanismos de defesa⁴ distintos - para ilustrar o quão longe pode ir uma fantasia neurótica, a ponto de colocar o óbvio em xeque.

⁴ Segundo o *Dicionário de Psicanálise* (1998), “Sigmundo Freud designa pelo termo [defesa] o conjunto de manifestações de proteção do eu contra as agressões internas (de ordem pulsional) e externas, suscetíveis de constituir fontes de excitação e, por conseguinte, de serem fatores de desprezar. As diversas formas de defesa em condições de especificar afecções neuróticas costumam ser agrupadas na expressão ‘mecanismos de defesa’” (RODINESCO; PLON, 1998: 141)

Assim, para a psicanálise, a apofenia - como uma subcategoria daquilo que Jaspers descreveu como uma “consciência anormal de significação”, ou seja, como uma recusa ou afrouxamento do Eu em relação à realidade do mundo exterior - é uma forma de construção de realidade psíquica, escutada a partir do sintoma, e que pode acometer tanto neuróticos quanto psicóticos.

Basta-nos lembrar do texto “A perda da realidade na neurose e na psicose” (2011b), onde Freud explica a diferença entre fantasia e delírio. Nas palavras de Freud, “a neurose não nega a realidade, apenas não quer saber dela; a psicose a nega e busca substituí-la” (Ibidem: 218). Quanto mais o neurótico evitar (inconscientemente) saber dos fatos do mundo, mais força sua fantasia ganhará, mais distante ele ficará da realidade, e mais sua fantasia se assemelhará com um delírio. Freud conclui afirmando que “tanto para a neurose quanto para a psicose há a considerar não apenas a questão da perda da realidade, mas também de uma substituição da realidade” (ibidem: 221)

Em “Neurose e Psicose” (2011a), Freud nos explica que: na neurose, o conflito acontece entre o Eu e o Id, e na psicose, entre o Eu e o mundo exterior, sendo que, em ambos os casos, o Eu ocupa uma posição intermediária entre o mundo exterior e o Id, e se “empenha em fazer a vontade de todos os seus senhores ao mesmo tempo”. (ibidem: 177).

Resumidamente: Na neurose: Após o *Eu reprimir parte do Id*, ele deve tentar compensá-lo por meio de um afrouxamento da relação com a realidade, que chamamos de *fantasia*. Na psicose: Desolado por alguma situação intolerável decorrente no mundo exterior, o *Eu desinveste da realidade* e, conseqüentemente, “cria uma nova realidade, que não desperte a mesma objeção que aquela abandonada” (2011b: 217): o *delírio*.

Desta maneira, enquanto o adoecimento neurótico recai no enfraquecimento da repressão ao Id, podendo resultar em *fantasias delirantes*, na psicose, o problema acontece quando o mundo exterior invade a subjetividade de maneira que o Eu não consegue evitá-la, ou seja, não consegue estar desinvestido deste mundo. Ele é atravessado por algo que ameaça sua construção delirante. Olhando por outro ângulo, podemos dizer que, enquanto as pulsões do Id mal reprimidas extrapolam o limite de uma fantasia possível de ser sustentada no laço social do neurótico, promovendo nele uma realidade psíquica impossível de ser compartilhada com outros, a realidade do mundo exterior perturba o delírio do psicótico, provocando o que chamamos, em ambos os casos, de surto ou de uma desorganização psíquica.

Em 2006, o psicanalista Antônio Teixeira escreveu o artigo, “Entre o signo e o significante: a esquizofrenia incipiente segundo Conrad”, a fim de “destacar a abordagem estrutural do desencadeamento psicótico ali inaugurada antes mesmo de Lacan estender a perspectiva estruturalista à fenomenologia da clínica” (2006: 107). Nesse contexto, o psicanalista considera “Conrad como um estruturalista *avant la lettre*” (ibidem: 108). Na leitura de Teixeira, “a verdade apofênica é uma verdade desligada da

cadeia significativa” (ibidem: 113) Teixeira afirma, seguindo Conrad, que “o fenômeno essencial [da esquizofrenia] já se apresenta desde a experiência da apofenia”. A apofenia (isso que se faz manifesto para o sujeito no processo esquizofrênico) “se revela no signo e não no significativo” (ibidem). O psicanalista explica:

Quando se diz que o significativo é o que representa o sujeito para outro significativo, supomos que o significativo enquanto tal nunca se apresenta isolado; fora da cadeia significativa. O signo é, na verdade, um significativo desencadeado, e é por se apresentar desencadeado que ele suscita a necessidade de se produzir, a seu redor, uma nova cadeia que lhe dê sentido, ou seja, uma interpretação. Para saber o que o signo quer dizer é necessário re-encadeá-lo numa nova cadeia significativa. O delírio seria então uma tentativa de re-encadear um signo, de modo a que ele possa produzir um sentido para o sujeito. Ele engaja o sujeito nessa composição.

Afirmamos, portanto, que o sujeito procura o signo quando se encontra diante de uma verdade que ele suspeita existir de forma não articulada na cadeia significativa. É por isso que o ciumento é ávido por signos: ele pressente uma verdade não encadeada numa declaração significativa [...]. Mas vale lembrar, junto a Lacan, que a fumaça não é necessariamente signo do fogo, ela pode antes ser signo do fumante. E que quem cala nem sempre consente, o silêncio é muitas vezes signo do não. Ou seja: o valor do signo não é nem de longe unívoco, ele só significa se veiculado a uma cadeia que cada sujeito em torno dele compõe.

Na vivência apofênica descrita por Conrad, o sujeito se encontra diante de um signo que toma a forma, descrita por Lacan, de uma intuição plena sobre a qual irá se tecer a interpretação delirante. Ele se encontra inundado pela certeza de que esse signo lhe concerne, sem que seu valor possa lhe ser dado de antemão. (ibidem)

Sabemos que a questão da verdade, como um dos temas centrais tanto da ciência como da filosofia, é amplamente discutida tanto por Freud quanto por Lacan, tornando-se um dos eixos principais de discussão da teoria psicanalítica, resultando em diversos trabalhos a respeito do tema. Diante da multiplicidade de pesquisas, selecionamos dois trabalhos contemporâneos que apresentam um recorte conceitual da verdade na psicanálise articulando com a filosofia e a ciência, a fim de situarmos a discussão sobre o estatuto da verdade e de como a verdade, como compreendida pela psicanálise, incide na produção de conhecimento. Assim como nos interessa pensar a verdade em relação à produção de relatos relacionados à pós-verdade.

4. Verdade e psicanálise

No livro *Estilo e verdade em Jacques Lacan* (2013), o psicanalista Gilson Iannini percorre o “fanatismo obstinado do fato enquanto tal” (ibidem: 30) de Freud, comentando também a continuidade que Lacan dá à questão da verdade.

Em Freud, desde o *Entwurf* (1895), passando por uma carta para Fliess (1897), o texto de 1920, *Para além do princípio de prazer*, até um de seus últimos textos, *Esboço de psicanálise* (1938), Iannini localiza

momentos em que a verdade é interrogada, principalmente, a respeito de como este conceito opera na clínica e teoria psicanalítica, ressaltando a obsessão de Freud pelo “fato enquanto tal” (ibidem: 31).

Lacan, por sua vez, promove a verdade, não apenas como um efeito da linguagem, mas a um ser falante - “Eu, a verdade, falo” (LACAN, [(1956)1966] 1998: 410) -, ao mesmo tempo em que formalizava a verdade, dando a ela uma estrutura de ficção - “a verdade tem uma estrutura, se podemos dizer, de ficção” (LACAN, [1956-1957] 1995: 259) - que, no entanto, nunca pode ser dita por inteiro: “a verdade só se sustenta em um semi-dizer” (LACAN, [1969-1970] 2008: 103). Por isso, desde Lacan, entendemos que a verdade, diferente da certeza, sempre escapa do saber absoluto.

A compreensão da verdade como sendo estruturada como uma ficção e nunca podendo ser dita por inteiro é congruente à discussão do ideal jornalístico de objetividade e imparcialidade, impossível de alcançar. Haja vista que a notícia sempre é mediada por um sujeito a partir de uma certa perspectiva, é inviável que um acontecimento seja verificado em todos os seus aspectos. O jornalista transmite uma notícia através de um relato, a partir de sua posição subjetiva. E, mesmo que este jornalista esteja conscientemente comprometido com a veracidade e exatidão do fato, visando, com toda sua ética profissional, se desvencilhar de seu posicionamento político-social, para que a notícia seja adequada ao fato em si, algo sempre escapa no relato, abrindo uma distância entre o fato e o que é dito sobre ele. Dito de outra forma, o jornalismo não está isento da ideia expressa por Lacan, no texto “Função e campo da fala e da linguagem na psicanálise”, de que “É o mundo das palavras que cria o mundo das coisas” (LACAN, [(1953)1966] 1998: 277).

Ainda que saibamos que a frase se refira à noção de conceito, enquanto aquilo que resguarda com a palavra “a permanência do que é passageiro” (ibidem), a ideia de que a palavra cria a coisa se apresenta como efeito da pós-verdade, em meio a uma crise midiática, onde tudo pode ser dito como uma verdade. Os fenômenos aqui citados são a prova disso, e a mensagem proveniente desses relatos têm consequência tanto para o sujeito, quanto para o laço social, na medida em que decisões são tomadas individualmente ou coletivamente com base na realidade vislumbrada diante das informações e desinformações que nos transmitem.⁵

Não há dúvidas de que a veracidade de um fato está sujeita à interpretação ou à percepção de cada um. É perfeitamente possível

⁵ Na medida em que escrevemos este artigo, tratando dos fenômenos das *fake news*, teorias da conspiração, negacionismo científico e revisionismo histórico, a questão da pós-verdade se torna ainda mais complexa com a criação de novas tecnologias, como, por exemplo, a *deepfake*. A *deepfake* é uma técnica de inteligência artificial que combina vídeo com som, gerando imagens falsas e extremamente convincentes. Porém, como ainda não temos material suficiente, além de tempo e espaço para elaboração, não acrescentaremos este fenômeno em nossas investigações. Não obstante, com esta nota de rodapé, gostaríamos de ressaltar o carácter dinâmico de nosso objeto de pesquisa.

dizemos que a veracidade de muitas coisas seja relativa. Assim, alguém afirmar que tal roupa é bonita ou que tal fruta é saborosa não torna inverossímil que outra pessoa afirme o contrário. Porém, não é aceitável que a afirmação de um grupo que a Terra tenha forma esférica, seja menos verdadeira do que a de um grupo que diga que a Terra é plana. O relativismo, recurso frequentemente utilizado como bode expiatório na produção sistematizada de mentiras, vem causando uma série de mal-entendidos e rompendo com pactos estabelecidos de maneira consensual e legítima.

Segundo o psicanalista Paulo Beer, autor da tese de doutorado *A questão da verdade na produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico: considerações a partir de Ian Hacking e Jacques Lacan* (2020), “é possível reconhecer efeitos de um relativismo radical em argumentações que se baseiam em ideias como *fatos alternativos*” (BEER, 2020: 11). E, para não nos perdermos em discussões a respeito da veracidade ou legitimidade de um argumento, Beer propõe traçar o potencial de justificação e normatividade da verdade na produção de conhecimento, na medida em que “a verdade abarca a relação entre o conhecimento e seus objetos” (ibidem). Assim, para Beer, a verdade é composta por: (1) a “decidibilidade da pertinência de saberes e proposições” (ibidem), ou seja, a *justificativa* de algo como verdadeiro, e (2) o “espectro normativo e disruptivo” (ibidem), ou seja, a possibilidade de estabelecer uma norma ou uma *crítica a uma norma* a respeito de um objeto. Porém, segundo o psicanalista, “a definição de objeto também depende do modo como estruturamos as possibilidades de conhecimento” (ibidem) sobre ele. Desta forma, Beer define alguns parâmetros de verdade que nos possibilitam estudá-la: os quatro primeiros parâmetros (epistemológicos, ontológicos, éticos e políticos) como elementos-ferramentas para o estudo da verdade, e os dois últimos (justificação e normatividade) como elementos constituintes da verdade manifesta pela linguagem.

Assim, temos que, ainda que a verdade na psicanálise seja sempre inalcançável, não podemos nos submeter a qualquer absurdo, apenas porque a veracidade de um fato está condicionada a vários elementos. E para isso, caso a resistência do analista e sua ética não baste – como nos propõe Rosa (cf. p. 5) – temos, também, parâmetros objetivos e mais consistentes para analisar e verificar uma ideia ou acontecimento, de acordo com uma realidade compartilhada.

5. Apofenia e pós-verdade

A partir deste recorte, propomos que a apofenia nos permite, de certo ângulo, entender o que leva uma pessoa a aderir a ideias absurdas, disseminadas no contexto da pós-verdade, onde questões do campo da ciência e da história – que acreditávamos já estabelecidos por meio de parâmetros científicos – retornam enquanto uma objeção ao que está posto, em nome de um “relativismo total que permitiria recusar estudos científicos pela acusação de que eles seriam desenhados para produzir os resultados

desejado” (BEER, 2021)⁶, não passando de distorções de fatos, que esgarçam o conceito de realidade, a fim de antepor o afeto ao fato.

Podemos dizer que, diante de um acontecimento, o sujeito molda a realidade, que se vale dos significantes disponíveis de acordo com seus afetos -, embaralhando os dados perceptivos, construindo uma “verdade sua” de acordo com o seu interesse, e transpondo a narrativa ao domínio da crença que, enquanto tal, se torna inquestionável: uma “certeza delirante” (TEIXEIRA, 2006: 114).

Neste sentido, tem-se um relato que pode ser *construído* manipulando os significantes de uma cadeia, a fim de deturpar o fato de maneira em que o sujeito se identifique afetivamente com o relato. A persuasão pelo campo das identificações é facilitada pelo empobrecimento simbólico, ou seja, pela precariedade cultural, e faz com que o sujeito mobilize o seu mecanismo de defesa. Ou seja, cria subterfúgios para desimplicar-se de sua castração.

As crises políticas, econômicas e ambientais facilitam a disseminação de absurdos pois nesses momentos a grande maioria das pessoas estão suscetíveis às consequências desses acontecimentos e, tomadas pela sensação de indefinição, vivenciam a angústia descrita na fase do troma, onde “o iminente impõe limites a nossa existência” (CONRAD, 1963: 322), sentimento que é reforçado pelos apelos sensacionalistas nos meios de comunicação.

Ainda que o conceito de apofenia tenha sido criado por um psiquiatra para descrever um dos estágios do processo do desencadeamento esquizofrênico, defendemos que a manifestação característica desse estágio, como uma *noção empírica*, é possível de ser observada em estruturas não psicóticas, devido ao mecanismo de perda de realidade na neurose e na psicose, como explicado por Freud (1924), causando um “erro” no aparelho perceptual. Erro que visa “corrigir” a realidade do mundo exterior de acordo com a realidade desejada, ou possivelmente sustentável, pelo sujeito. Assim, semelhante ao fenômeno da pareidolia, na apofenia, a mente cria um sentido onde não há.

o que se encontra subjacente ao aspecto apofântico da certeza delirante é que um traço do objeto percebido se converte, para o enfermo, na própria essência da significação. É como se houvesse nos objetos uma nuvem de propriedades essenciais que se liberam no delírio, escreve Conrad, valendo-se de uma imagem que nos evoca claramente o enxame de S₁ de que nos fala Lacan em *Encore* (LACAN, 1975: 130). (ibidem, grifo nosso)

A maneira como Teixeira se remete ao funcionamento do campo perceptivo, nos auxilia em responder sobre as conclusões precipitadas e incorretas produzidas a partir de elementos aleatórios⁷ que, desde um

⁶ Tradução sugerida por Paulo Beer, mas ainda não publicada em português.

⁷ Assim como por exemplo na pareidolia, onde duas janelas e uma porta são interpretadas como um rosto, quando, na verdade, sempre se tratou e, nunca intencionou ser nada além de uma casa; ou na apofenia, quando um sujeito em processo de desencadeamento

estreitamento do campo psíquico – como vemos na fase do trema – passam a ser signos de validação para uma ideia qualquer.

Mas, então, o que se passa para que haja esse *estreitamento coletivo do campo psíquico*, cujo efeito possibilita que informações absurdas sejam disseminadas em larga escala, ao ponto em que órgãos governamentais, a partir da demanda de entidades civis, passem a debater a respeito da regulamentação dos meios de comunicação, e principalmente, dos meios digitais⁸, a fim de combater isso que chamamos de *fake news*, um dos principais corolários da pós-verdade, ao lado das teorias conspiratórias, do negacionismo científico e do revisionismo histórico?

Para podermos delimitar algumas impressões, e alicerçar nossa construção teórica, recolhemos alguns artigos e ensaios de psicanalistas brasileiros, nos últimos cinco anos, acerca da pós-verdade⁹. Consideramos este recorte temporal, pois foi em 2016, que o termo pós-verdade, durante as eleições presidenciais dos Estados Unidos, ganhou notoriedade. A partir da constante repetição do termo “pós-verdade” na mídia mundial, principalmente, referindo-se às estratégias políticas, o Dicionário de Oxford elegeu “pós-verdade” como a palavra daquele ano, incluindo-a como verbete, onde o termo “se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais” (OXFORD, 2016).

Apesar de a palavra passar a circular largamente apenas em 2016, ela apareceu pela primeira vez em 1992, pelas mãos do dramaturgo Steve Tesich, ao comentar o caso *Watergate* na revista norte-americana *The Nation* (KREITNER, 2016).

Nós estamos nos tornando, rapidamente, protótipos de pessoas que os monstros totalitários sempre sonharam. Até agora, todos os ditadores trabalharam duro para suprimir a verdade. Por nossas ações, estamos dizendo a eles que isso não é mais necessário, que nós adquirimos um mecanismo espiritual capaz de desnudar qualquer verdade. De maneira muito fundamental, nós, como pessoas livres, decidimos que queremos viver em um mundo de pós-verdade. (TESICH apud KREITNER, 2016, tradução nossa)¹⁰

esquizofrênico interpreta um trovão como signo de mau presságio, quando na verdade é, tão somente, signo de tempestade.

⁸ O principal exemplo de regulamentação no Brasil é o Marco Civil da Internet, que continua sendo debatido por todos os poderes brasileiros, assim como pela sociedade, e é pauta frequente dos veículos de informação. (BRASIL, 2014: 1)

⁹ Os textos escolhidos para tal finalidade são: “Subjetividade em tempos de pós verdade” (DUNKER, 2017), “É racional parar de argumentar” (SAFATLE, 2017), “Ilusão, convicção e mentira – Linguagem e psicopolítica da pós-verdade” (AB’SABER, 2021), “Desmentido ou a inexistência do Outro: a era da pós-verdade” (SANTOS, 2016), “O discurso da Estupidez” (DIAS, 2020) e, por último, “Considerações psicanalíticas sobre a pós-verdade e as malditas *fake news*” (CALDAS e MIRANDA, 2021)

¹⁰ “We are rapidly becoming prototypes of a people that totalitarian monsters could only drool about in their dreams. All the dictators up to now have had to work hard at suppressing the truth. We, by our actions, are saying that this is no longer necessary, that we have acquired a spiritual mechanism that can denude truth of any significance. In a very fundamental way we, as a free people, have freely decided that we want to live in some post-truth world” (TESICH apud KREITNER, 2016).

Testemunhamos, neste arquivo histórico, que antes de ramificar o seu “mecanismo espiritual capaz de desnudar qualquer verdade” para outras searas do pensamento, como à ciência e à história, a pós-verdade nasceu e se estabeleceu como um problema político. Afirmção esta que parece se confirmar em consenso quando retomamos os textos dos psicanalistas aqui citados. Esses textos nos ajudam a iluminar o que se passa na esfera social, observada com lentes psicanalíticas, para que haja esse *estreitamento coletivo do campo psíquico*, cujo efeito possibilita que informações absurdas sejam disseminadas em larga escala.

6. Os operadores da pós-verdade

A apofenia, enquanto uma produção de significado que “se impõe de um modo manifesto” (CONRAD, 1963: 322) está relacionada ao estreitamento psíquico frente a uma angústia, cuja função é caracterizada - no Seminário 10 de Lacan - por sinalizar o fracasso de representações do real: “Do real, portanto, de uma forma irreduzível sob o qual esse real se apresenta na experiência, é disso que essa angústia é sinal” (LACAN, [1962-1963] 2005: 178). Assim, na impossibilidade de elaborar uma saída frente a uma ameaça do real, com os recursos simbólicos compartilhados no laço social, o sujeito que produz o relato, forja uma significação para a realidade; e o sujeito que consome a informação, adere ao relato, constituindo uma “consciência anormal de significação”, que pode ser tanto uma “fantasia delirante” - no caso das neuroses provocadas por um afrouxamento excessivo do Eu com a realidade compartilhada - tanto, menos frequentemente, um delírio psicótico, provocado pelo desinvestimento do Eu no mundo exterior. Porém, para que haja tal assentimento, é necessário que o indivíduo que recebe a informação esteja, também, sentindo-se ameaçado.

Isso nos permite analisar a apofenia em nosso recorte: Constatamos, na atual circunstância, uma crise institucional decorrente da ordem do discurso capitalista, cuja principal característica é a promessa, a qualquer custo, da satisfação, do encontro com o sentido e da neutralização da angústia, por meio do consumo. Um discurso que incita o sujeito no sentido da ilusão de realização dos desejos. Disso recolhemos dois efeitos: o enfraquecimento do significante mestre e a recusa da castração. Dois movimentos concomitantes que se reforçam, ao mesmo tempo que operam juntos na manutenção da “significação anormal da realidade”¹¹.

Segundo Laurent, “a angústia leva a ‘refazer o todo’ em uma situação na qual o sujeito não crê mais no significante um” (LAURENT, 2008: 169). Ou seja, é diante da ausência de uma representação que o afeto da angústia se apresenta. Tal descrença no significante um, em um significante mestre, manifesta-se como, ou a recusa ou o enfraquecimento

¹¹ Propomos aqui um jogo de palavras, transpondo a apofenia individual enquanto uma “consciência anormal de significação” para uma apofenia coletiva como uma “significação anormal da realidade”.

da lei simbólica da castração, lei que, através do significante mestre, organiza as relações sociais. Assim, frente à crise institucional provocada pelo capitalismo, a atividade subjetiva de “refazer o todo”, se torna uma atividade caótica que, por um lado, mantém os sujeitos angustiados sem a referência do significante mestre organizador, e, por outro, “os ditadores trabalham duro para suprimir a verdade”, ou seja, a verdade da castração; a verdade relacionada à falta constitutiva, lugar de elaborações subjetivas, organizadas em torno de um laço social regido por um significante mestre, que agora é substituída pela crença em um detentor do saber e produtor de certezas, ou seja, de significações anormais da realidade.

Em nossa análise, observamos que o enfraquecimento do significante mestre favorece que os absurdos proferidos pelos saberes a serviço do capitalismo – que recusa a castração – sejam facilmente aceitos por sujeitos, na medida em que esses saberes se instrumentalizam dos mecanismos de identificação, persuadindo, pelo afeto, àqueles que passaram a não mais acreditar na institucionalidade das relações organizadas pelo significante do discurso do mestre¹².

Como apontado no primeiro parágrafo desta seção do artigo, a pós-verdade se sustenta, de um lado, pela produção de relatos falsos e, de outro lado, pelo assentimento das informações falsas. Observamos que os textos analisados, escritos por psicanalistas no Brasil, nos últimos anos, priorizam o tratamento a respeito dos agentes que produzem os fenômenos da pós-verdade. Porém, ressaltamos a interdependência de ambos os operadores (agentes – como produtores – e produtos – como consumidores) na manutenção da pós-verdade. Vejamos alguns recortes:

Para Christian Dunker, a pós-verdade está relacionada à instituição do “cinismo como discurso básico do espaço público e da vida laboral” (DUNKER, 2017: 17), prescindido da verdade histórica (ibidem: 18).

Vladimir Safatle aponta que, devido a não existência de “uma gramática comum no interior da vida cotidiana” (SAFATLE, 2017: 128) para definirmos conceitos complexos como, por exemplo, “liberdade” ou “justiça”, ficamos obstruídos no alcance de um acordo pela via da argumentação, propondo, para tanto, a via da persuasão, estabelecendo um acordo não a partir de uma proposição verdadeira, mas a partir do circuito de afetos (*pathos*) que constitui o sujeito. (SAFATLE, 2017: 134-135).

Já o psicanalista Tales Ab’Sáber refuta o uso do termo “pós-verdade”. Para ele, trata-se de um eufemismo cujo resultado é a legitimação da mentira política, através de “uma espécie contemporânea de processo de gestão psíquica do poder” (AB’SÁBER, 2021: 41), “como se a verdade histórica não existisse” (ibidem: 53).

Tania Coelho dos Santos fala da pós-verdade a partir da desonestidade intelectual a qual líderes políticos se entregaram. Para ela, esses políticos recusam seus fracassos e evidências de corrupção

¹² Pretendemos em outra oportunidade demonstrar mais longamente a articulação desses discursos em relação a pós-verdade.

construindo “narrativas fantasiosas, varrendo para debaixo do tapete os fatos que refutam suas ideias” (SANTOS, 2016: 6). Para ela, este é um dos efeitos da lei de mercado que, para que o capital gire o máximo, nada é restrito. Tudo é possível, mesmo que apenas enquanto promessa.

Mauro Mendes Dias, por sua vez, não usará o termo pós-verdade, porém refere-se aos fenômenos que observamos desse contexto como “absurdos”, “farsas” e “*fake news*”. Para o psicanalista, são elementos que irão operar no funcionamento de um tipo de discurso, nomeado por ele como “o discurso da estupidez”. Segundo Dias, diante da ameaça provocada pela diversidade sexual (ou seja, a diferença), o estúpido (operador deste discurso) visa manter o outro a serviço de um constante processo de produção e consumo, transformando-o em “ser abjeto sem voz” (DIAS, 2020:14). Assim, para que esse circuito da sujeição ao consumo se sustente, “é preciso que a farsa compareça como elemento que recobre, lá onde a verdade poderia se manifestar” (ibidem: 16).

Para Heloísa Caldas e Leonardo Miranda, a pós-verdade é compreendida a partir da “ligação entre os ditos que fazem sentido e os afetos sentidos no corpo” (CALDAS; MIRANDA, 2021: 566), e de noções filosóficas, desde Hannah Arendt e Gilles Lipovetsky. Para Arendt, “a verdade factual é política por natureza” (ibidem) enquanto passível de ser “manipulada pelos detentores do poder com a finalidade de produzir mentiras estratégicas” (ibidem: 565). Para Lipovetsky, a questão da “hipermodernidade” indica “modificações nas normas sociais e, com isso, um novo arranjo simbólico” (ibidem). Os psicanalistas entendem que o *registro simbólico* está relacionado à *verdade*, enquanto a hipermodernidade irá designar a pós-verdade.

Ainda segundo Caldas e Miranda, a política atual, através da “prática econômica neoliberal” (ibidem), passa a ser sustentada pelo “casamento, histórico, aliás, da religião com o Estado” (ibidem), que aliados à ciência, constroem uma “normativa através do excesso de sentido. Como se existisse uma verdade absoluta e, assim, o simbólico pudesse cobrir todo o real” (ibidem).

Assim, “as *fake news* apresentam-se como produção de sentido, ilusão da representação do significante pelo significado” (ibidem: 570), explicando “que, em busca de uma imagem total, danificada pela invasão do real, podemos dizer que nós, seres de fragilidade, não temos necessidade da exatidão da verdade, ‘nós temos necessidade de sentido’ (Lacan, 1969-70/2008b: 14)” (ibidem).

Entendemos, portanto, alicerçados em análises prévias compartilhadas por nossos colegas psicanalistas que a pós-verdade, como um sintoma social, cujos efeitos são percebidos na política e na mídia, pode ser compreendida, na recepção da mensagem, a partir da *noção do fenômeno*, desta vez psicológico, nomeado por Conrad como apofenia.

Se Lacan é patente ao afirmar que somos seres em busca de sentido, Caldas e Miranda complementam de maneira contundente, que, diante da angústia provocada pelo Real, pouco nos importa a exatidão da verdade.

Queremos preencher o “buraco”. Não seria justamente esse o motivo que nos leva a construir fantasias e delírios, assim como nos propôs Freud?

7. A Do estreitamento psíquico ao empobrecimento simbólico

Da mesma maneira como a publicidade se instrumentalizou da compreensão dos mecanismos pelos quais a linguagem é percebida, processada e representada e dos seus efeitos psíquicos (como o fenômeno da pareidolia), a fim de criar técnicas de persuasão, sabemos – principalmente, desde o que a História nos conta sobre a propaganda nazista – que a política se apropriou das técnicas dos meios de comunicação como forma de “gestão psíquica de poder” (AB’SÁBER, 2021: 41).

No Brasil, vivemos uma situação degradante (para dizer o mínimo) em relação ao espaço de debate público. Estamos há muitos anos (se não desde sempre) reféns dos relatos totalmente maquiados a respeito de nossos representantes políticos que, recusando a possibilidade do fracasso eleitoral – em nosso precário contexto democrático, herdeiro de comportamentos dos anos de ditadura e submetido às mãos invisíveis do mercado – constroem “narrativas fantasiosas, varrendo para debaixo do tapete os fatos que refutam suas ideias” (SANTOS, 2016: 6). Inclusive, quando possível e conveniente, calam manifestações divergentes, originados em todos os pontos do espectro ideológico, proferindo-se todo tipo de absurdo, que despreza o bom-senso, podemos dizer que ironicamente, em nome da liberdade de expressão.

Entendemos que os agentes da pós-verdade, ou como propôs Steve Tesich, “os ditadores que trabalham duro para suprimir a verdade”, prometem neutralizar a angústia através de saberes absolutos, recusando-se em admitir os furos da verdade, como a entendemos desde a psicanálise: aquela que é sempre semi-dita, que inclui os enigmas próprios de nossa existência e, principalmente, nunca é inteiramente alcançável. Trata-se da tese lacaniana, segundo a qual Iannini edifica seu livro, em que “não há a verdade sobre a verdade” (2013: 19). Estamos barrados do encontro com a verdade absoluta e, o que faz essa barra – a castração – é a lei simbólica, responsável por limitar o acesso do sujeito à completude com o Outro. Porém, por outro lado, como propõe Beer, não podemos deixar de contornar a verdade a partir de critérios bem definidos.

Precisamos levar em consideração, também, que os agentes da pós-verdade se valem, principalmente, da coligação de políticas identitárias (gênero, orientação sexual, nacionalidade, etnia, raça, língua, religião) com o cientificismo¹³, construindo, através de declarações inflamadas, como nos propõe Caldas e Miranda, uma “normativa através do excesso de sentido.

¹³ Acompanhamos Paulo Beer, em sua leitura do texto “La vérité, toute la vérité, rien que la vérité” (2007), de Françoise Balibar, entendendo o cientificismo enquanto um termo pejorativo para criticar “a ideia de que a ciência possibilitaria um tipo de relação especial com a verdade” (BEER, 2020: 137).

Como se existisse uma verdade absoluta e, assim, o simbólico pudesse cobrir todo o real” (CALDAS; MIRANDA, 2021: 565)¹⁴.

Tais declarações agem prometendo aplacar a angústia frente ao encontro com o real - ou seja, frente aos furos da verdade, aquilo que não é garantido pelo significante - e, por isso exerce uma força persuasiva aos sujeitos inseridos no laço do capitalismo, como se cada indivíduo fosse especial e signatário de soluções que suplantem os limites impostos em uma civilização já exaurida por tanta demanda.

Assim, quando atravessados por um outro que demande algum tipo de renúncia do sujeito, a fim de viabilizar a convivência coletiva que leve em consideração a diferença e o desejo do outro, o sujeito sente-se ameaçado em sua completude, passando a experimentar isso que Conrad chamou de estreitamento psíquico, diante do medo de ter que se haver com privações, implicações, exigências, ou simples frustrações momentâneas, comuns em uma sociedade que pretende funcionar - ainda que existam diferenças culturais - de maneira equilibrada para todos e todas. Ceder espaço, dinheiro ou qualquer tipo de representação de conforto, se torna sinônimo de aniquilação para um sujeito apoiado na suposta onipotência da completude prometida pela lógica consumista de nosso capitalismo.

Instrumentalizados pelo medo - por este *estreitamento psíquico* - provocado pela ameaça de aniquilação subjetiva diante da diferença, os representantes da pós-verdade se sustentam em um tipo de discurso que enlaça o sujeito a partir de seu *pathos*, elegendo um signo que representa esta ameaça, que será a isca do anzol no qual o sujeito será fisgado. Este signo é portado por *vozes encarnadas* e encerrará nela a promessa (ilusória) de solução para a ameaça iminente.

O sujeito “fisgado” se identifica com o portador deste signo (pois ele conhece o problema e tem a solução), padecendo, conseqüentemente, de um empobrecimento simbólico pois, uma vez conformado ao universo de sentidos determinados pela ideia da qual aderiu, o sujeito tende a isolar-se de outros ambientes culturais, reduzindo, assim, o seu repertório cultural e debilitando, enfim, sua capacidade de pensar criticamente. Em decorrência dessa “armadilha identificatória”, o sujeito torna-se mais suscetível a crer em qualquer ideia proposta pelo “portador”¹⁵.

Apostamos que este “portador” é o representante de um desses muitos Outros advindos da pluralização do grande Outro, decorrente de uma sociedade altamente segmentada e desagregada, onde, de maneira generalizada, todos acreditam ser minoria ou exceção, como proposto por Santos (2016), e até mesmo especiais: inestimáveis alecrins dourados.

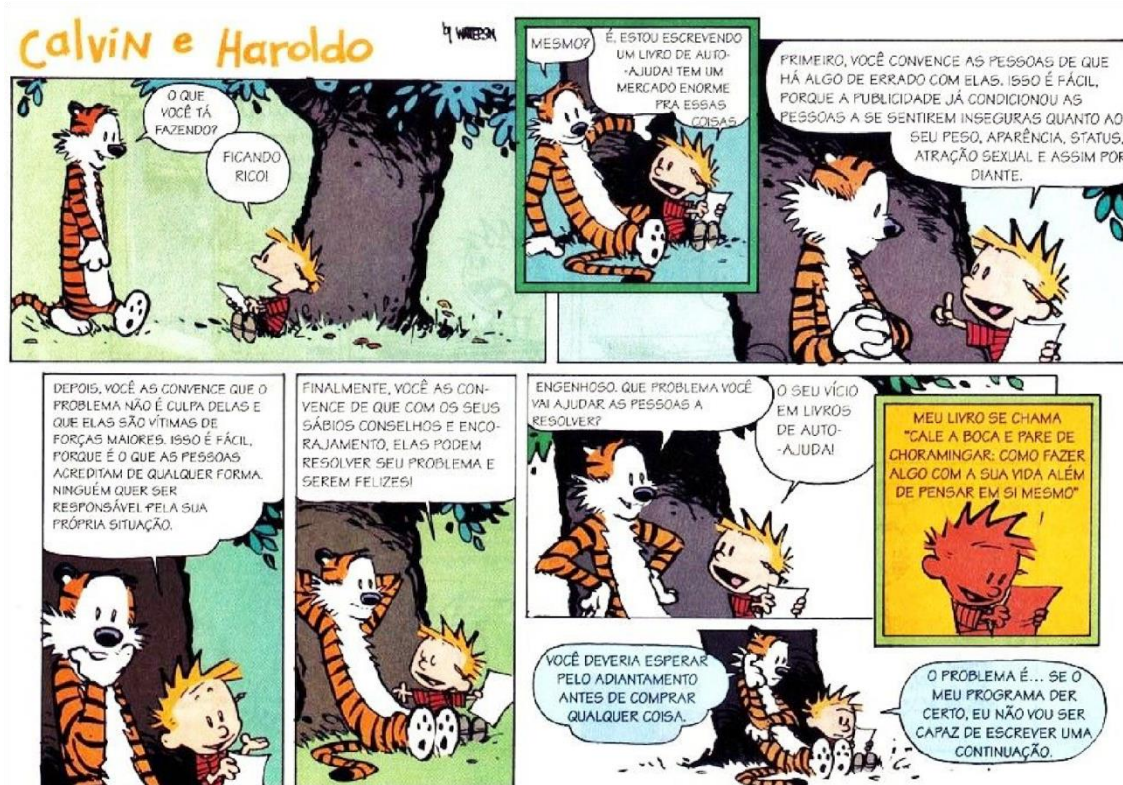
Para finalizar, a pós-verdade pode ser compreendida como um sintoma social que oferece sentidos, mesmo que absurdo, para tamponar

¹⁴ Esta é outra questão derivada, que necessita de mais espaço para ser investigada.

¹⁵ a ideia semelhante a esta foi abordada de maneira concisa, através a frase “O meio é a mensagem”, que se tornou célebre; uma espécie de paradigma da teoria da comunicação, desde o livro *Understanding Media: The extensions of man* (1964), do filósofo canadense Marshall McLuhan.

a falta de sentido da existência a qual, “nós seres de fragilidade”, estamos destinados. Mas, também, a pós-verdade é um efeito da possibilidade de, ao excluirmos o outro de nosso espaço de convivência, rearranjarmos os elementos de nossa realidade segundo o nosso afeto (*pathos*), quando sustentados por um discurso que nos dá a ilusão de garantia para a manutenção de nossa sensação de onipotência, na contrapartida de sermos operadores do ciclo de produção que nutrirá, tão somente, o interesse dos agentes deste ciclo.

Assim, a pós-verdade – acompanhada pelos avanços na tecnologia digital – se tornou, mais do que um sintoma social, uma “realidade”, um contexto histórico, provocado por artifícios narrativos que vem sendo aperfeiçoados pelos meios de comunicação a partir da apropriação da compreensão dos mecanismos de identificação e desta espécie de falha constituinte do aparelho perceptual humano, semelhante ao que foi nomeado por Conrad como apofenia, ao descrever o processo de desencadeamento da esquizofrenia.



Referências bibliográficas

AB'SABER. T. "Ilusão, convicção e mentira – Linguagem e psicopolítica da pós-verdade". In: *Discurso e (pós) verdade*. Org. Luzmara Curcino, Vanice Sargentini, Carlos Piovezani. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2021.

VIGAR, Vivian Valerie Carol Ann. Como a psicanálise explica a “pós-verdade” a partir da noção de apofenia de Klaus Conrad. *Revista Intercâmbio*, v.L: 144-163. 2022. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

BEER, P. *A questão da verdade na produção de conhecimento sobre sofrimento psíquico: considerações a partir de Ian Hacking e Jacques Tese* (Doutorado em Psicologia Social) – Orientador: Nelson da Silva Junior. USP, 2020.

BEER, P. “From negation to negationism: the COVID-19 pandemic in Brazil”. *Journal of Psychosocial Studies*, v 14, n 3, Oct, 2021, pp. 187-201(15). Disponível em: <https://doi.org/10.1332/147867321X16285243650694>. Acesso em: 18 nov, 2021.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Atos do Poder Legislativo. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 abr. 2014.

CALDAS, H.; MIRANDA, L. “Considerações psicanalíticas sobre a pós-verdade e as maditas *fake news*”. In: *Revista Latino americana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 24, n.3, p. 560-574, set. 2021.

CONRAD, K. *La esquizofrenia incipiente: intento de un análisis de la forma del delírio*. Madrid: Alhambra, 1963.

DIAS, M.M. *Discurso da estupidez*. São Paulo: editora Iluminuras, 2020.

DUNKER, C. “Subjetividade em época de pós-verdade”. In: *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Ed. Dublinense, 2017.

FREUD, S. “Neurose e psicose” (1924). In: *S. Freud Obras Completas. Vol. 16*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.

FREUD, S. “A perda da realidade na neurose e psicose” (1924). In: *S. Freud Obras Completas. Vol. 16*. Tradução Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

FYFE, S. “Apophenia, theory of mind and schizotypy: perceiving meaning and intentionality in randomness” (2008) University College of London. Acesso em 24/03/2022. Disponível em: <<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.624.9235&rep=rep1&type=pdf>> Acesso em 24/03/2022.

IANINI, G. *Estilo e verdade em Jacques Lacan*. 2. Ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2013.

KREITNER, R. “Post-Thruth and its consequences: what a 25-year-old essay tells us about the current moment”. *The Nation*. 30 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/archive/post->

VIGAR, Vivian Valerie Carol Ann. Como a psicanálise explica a "pós-verdade" a partir da noção de apofenia de Klaus Conrad. *Revista Intercâmbio*, v.L: 144-163. 2022. São Paulo: LAEL/PUCSP. ISSN 2237-759X

truth-and-itsconsequences-what-a-25-year-old-essay-tells-us-about-the-currentmoment/. Acesso em: 19 nov. 2021.

LACAN, J. "Função e campo da fala e da linguagem na psicanálise" (1953). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, [1966] 1998.

LACAN, J. "A coisa freudiana ou o sentido do retorno a Freud em psicanálise" (1956). In: *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, [1966] 1998.

LACAN, J. *Seminário, livro 4: A relação de objeto* (1956 -1957). Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

LACAN, J. *Seminário, livro 10: A angústia* (1962 -1963). Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LACAN, J. *Seminário, livro 17: O avesso da psicanálise* (1969 -1970). Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LAURENT, E. "A sociedade do sintoma". In: *A Sociedade do Sintoma – a psicanálise hoje*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.

Oxford Dictionaries. Word of the year 2016 is.... Oxford, 2016. Disponível em: <<https://languages.oup.com/word-of-theyear/2016/>>. Acesso em: 18 nov 2021.

ROSA, M. D. "A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica" **IN:** *Rev. Mal-Estar Subj.* v.4 n.2 Fortaleza set. 2004

SAFATLE, V. "É racional parar de argumentar". In: *Ética e pós-verdade*. Porto Alegre: Ed. Dublinense, 2017.

SANTOS. T. C. "Desmentido ou inexistência do Outro: a era da pós-verdade". In: *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 22, p. 4-19, Mai/Out, 2016.

TEIXEIRA, A. "Entre o signo e o significante: A esquizofrenia incipiente segundo Conrad" In: *Revista do Departamento de Psicologia - UFF*, v. 18, n. 1, p. 107-116, Jan/Jun, 2006.

Recebido em 22/11/2021
Aprovado em 20/05/2022